

ASSENTAMENTOS E COMUNIDADES RURAIS DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO UNA, CHAPADA DIAMANTINA – BA: água da vida, o rio que vai traz a vida também

Roberta Anunciação Carregosa¹

Resumo

O presente artigo apresenta a dinâmica dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades rurais existentes no entorno da sub-bacia hidrográfica do Rio Una, Chapada Diamantina, Bahia, que corta algumas comunidades, distritos, assentamentos e fazendas. Em todos esses pontos a água que vai seguindo o seu caminho vem trazendo a vida também. Para o embasamento desse artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática (Geografia Agrária e Reforma Agrária) e um trabalho de campo nas comunidades, distritos e assentamentos do entorno da sub-bacia visando compreender a dinâmica dos assentamentos e das comunidades. O trabalho de campo foi imprescindível, pois, o mesmo viabilizou conhecer in loco a realidade da área de estudo, vivenciando a relação dos usuários com a sub-bacia, bem como as suas lutas e resistências. O conflito na SBHRU não é somente por terra, mas, também por água. Essa realidade intensificou os problemas gerados pela falta d'água, pois, a estrutura de produção agrícola que predomina na área é a agricultura familiar camponesa, onde a produção é de subsistência e o excedente é comercializado nas feiras livres das cidades e povoados. Os problemas sociais da SBHRU são históricos e vem se perdurando ao longo do tempo. Pois, as políticas que foram instituídas no entorno da mesma não foram suficientes para sanar os graves problemas sociais da área em questão. E pelo fato da sub-bacia recortar somente o espaço rural desses municípios, a vulnerabilidade social se torna ainda mais evidente. Contudo, a população se articula em associações, visando um desenvolvimento para além do capital.

Palavras – chaves: Assentamentos. Comunidades. SBHRU.

Introdução

O presente artigo é um dos resultados de uma pesquisa de mestrado intitulada de “Diagnóstico e Análise Ambiental da Sub-Bacia Do Rio Una, Chapada Diamantina - Ba: subsídios para uma proposta de gestão integrada”, cujo objetivo geral foi o de realizar o diagnóstico e a análise ambiental da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Una com o fim de gerar subsídios para uma proposta de gestão. De tal modo, esse artigo procede de um dos parâmetros analisados e apresenta como os assentamentos e as comunidades rurais se relacionam com os elementos e como utilizam os recursos hídricos da sub-bacia pesquisada.

A sub-bacia do Rio Una (SBHRU) localiza-se na parte Sul do Piemonte Oriental da Chapada Diamantina e integra o complexo da Bacia do Paraguaçu com uma área de 2.317,38 km² (4,31% da área total da Bacia do Paraguaçu). A sub-bacia possui regime de caráter

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
robertacarregosa@gmail.com

intermitente. A SBHRU percorre o espaço rural dos municípios de Itaetê, Iramaia, Ibicoara, Andaraí, Mucugê, Nova Redenção e Barra da Estiva, (Figura 1).

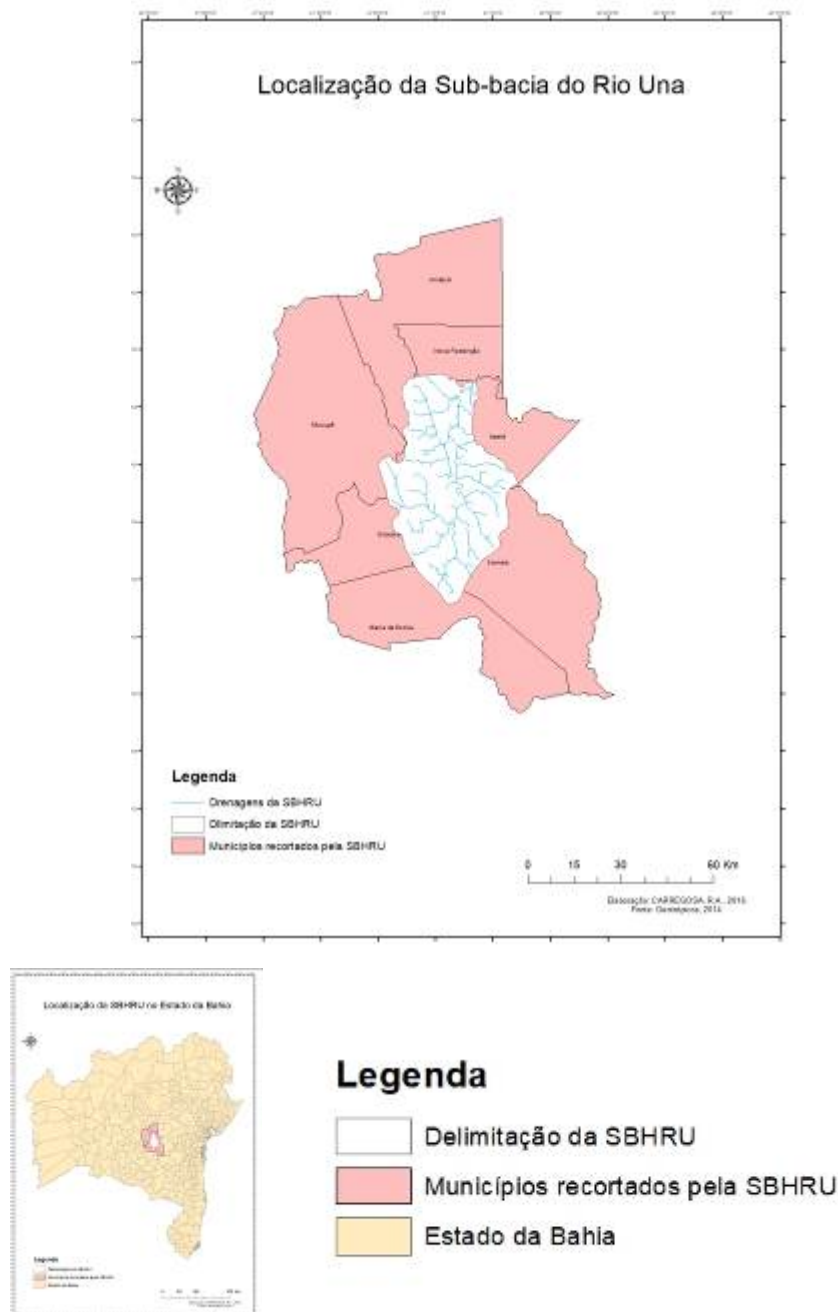


Figura 2: Localização da Sub-bacia do Rio Una.
Elaboração: Carregosa, 2017.

Esses municípios apresentam baixos índices de IDH, possuem características agrárias, não oferecem serviços básicos como hospitais especializados e educação continuada. No entorno do Rio Una existe muitas fazendas, muitos assentamentos de reforma agrária,

comunidades rurais, distritos, escolas, uma Escola Família Agrícola, pequenos e grandes produtores com a agricultura de sequeiro e de irrigação. Todos estes utilizam os recursos hídricos da sub-bacia.

Em todos esses pontos a água que vai seguindo o seu caminho vem trazendo a vida também. Todos esses pontos possuem em comum a necessidade dos recursos hídricos da SBHRU para desenvolver as suas atividades agrícolas, para o lazer e para tocar as suas vidas. Para essas comunidades o Una é fonte de vida, Figura 2.



Figura 2: Rio Una, fonte de vida para as comunidades e assentamentos instalados no seu entorno. Fonte: Carregosa, 2015.

Os assentamentos, comunidades, fazendas, distritos e povoados possuem características físicas, sociais e econômicas semelhantes. Apresentam vegetação natural nas proximidades das residências, contudo, boa parte da vegetação foi substituída por pastos e plantações.

A maioria das casas são de alvenaria, contudo, ainda há algumas com estrutura de adobe e pau-a-pique. Não há saneamento básico, possuem fossas negras. Há energia elétrica fornecida pela Coelba e o abastecimento de água em alguns pontos é realizado por cisternas ou é realizado por gravidade.

Alguns dos moradores são aposentados e algumas famílias recebem o auxílio do governo através do Bolsa Família. A produção agrícola é voltada para a subsistência e há uma casa de farinha coletiva onde são produzidos farinha e polvilho. As principais culturas são mandioca, café, cana-de-açúcar e milho. O excedente é comercializado nas feiras livres mais próximas e há o sistema de troca de produção entre as famílias. Também são criados gados bovinos, galinhas e jegues (utilizados como meio de transportes). Alguns moradores são

condutores de visitantes, próximo à comunidade há algumas cachoeiras e quedas d'águas. Alguns moradores trabalham por diária em fazendas.

Para o desenvolvimento dessa da pesquisa foram escolhidos 31 trechos, que foram selecionados em concordância com os caminhos que permeiam os Assentamentos da Reforma Agrária, Escola Família Agrícola, os distritos, as comunidades tradicionais, as áreas turísticas em desenvolvimento e nas áreas de lazer da população ribeirinha. Os pontos foram escolhidos por estarem próximos as comunidades de agricultores familiares, assentamentos, pontos turísticos e de lazer, Figura 3.

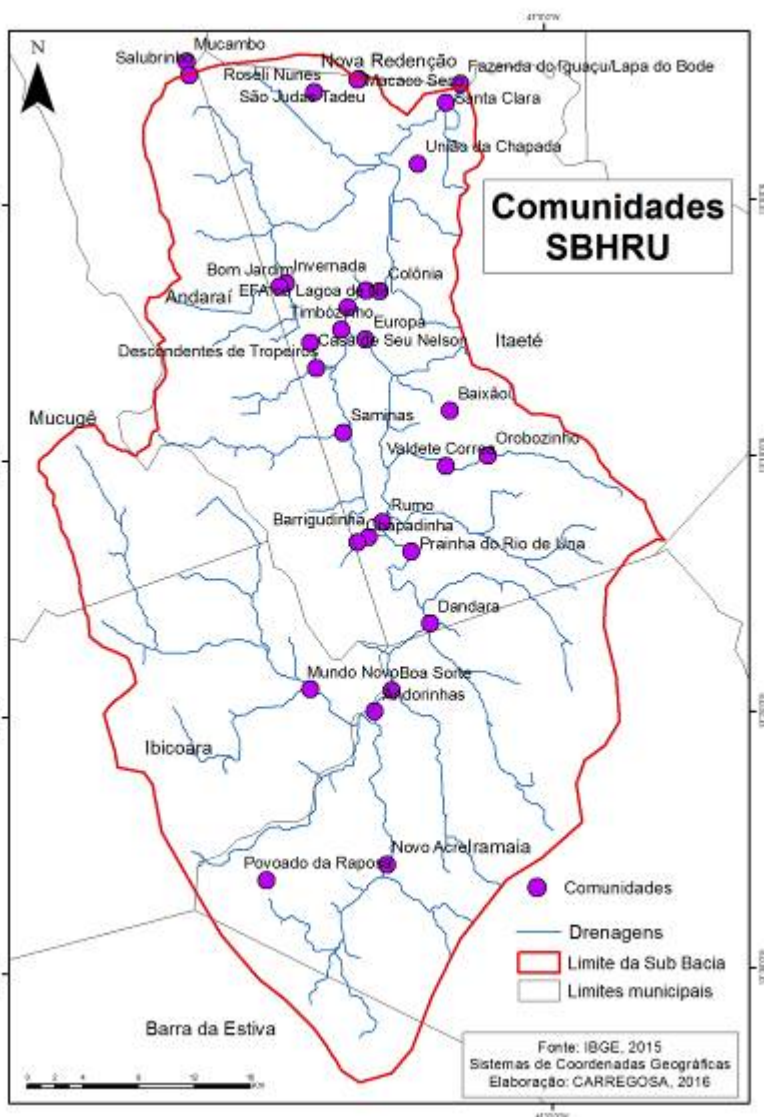


Figura 3: Comunidades da Sub-bacia do Rio Una, Chapada Diamantina – BA

Os 31 trechos são: Parque Natural Municipal do Espalhado - PNME, Povoado da Raposa, Rumo, Dandara, Baixão, Europa, União da Chapada, EFA ou Lagoa de Nill, Santa Clara, Colônia, Boa Sorte, Andorinha, Aracua, Lapa do Bode, Seu Nelson, Prainha do Una, Roseli Nunes, São Judas Tadeu, Mucambo, Macaco Seco, Rio de Miliano, Timbózinho Saminas, Invernada, Barrigudinha, Chapadinha, Bom Jardim, Orobózinho e o Rio Jequi. Pontos distribuídos por toda a sub-bacia, que dependem diretamente dos recursos do Una para desenvolverem as suas atividades.

Metodologia

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo geral foi o de realizar o diagnóstico e a análise ambiental da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Una com o fim de gerar subsídios para uma proposta de gestão. Assim, esse artigo procede de um dos parâmetros analisados, apresentando como a população do entorno da sub-bacia se relaciona com a mesma e com os recursos hídricos.

Para adquirir essas informações foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática, em seguida foi realizado um trabalho de campo nas comunidades, distritos e assentamentos. O trabalho de campo foi imprescindível, pois, o mesmo viabilizou conhecer *in loco* a realidade da área de estudo, vivenciando a relação da população com a sub-bacia. Depois foi realizada a sistematização dos dados adquiridos em campo e a confecção final do artigo. Segue Fluxograma metodológico, Figura 4.

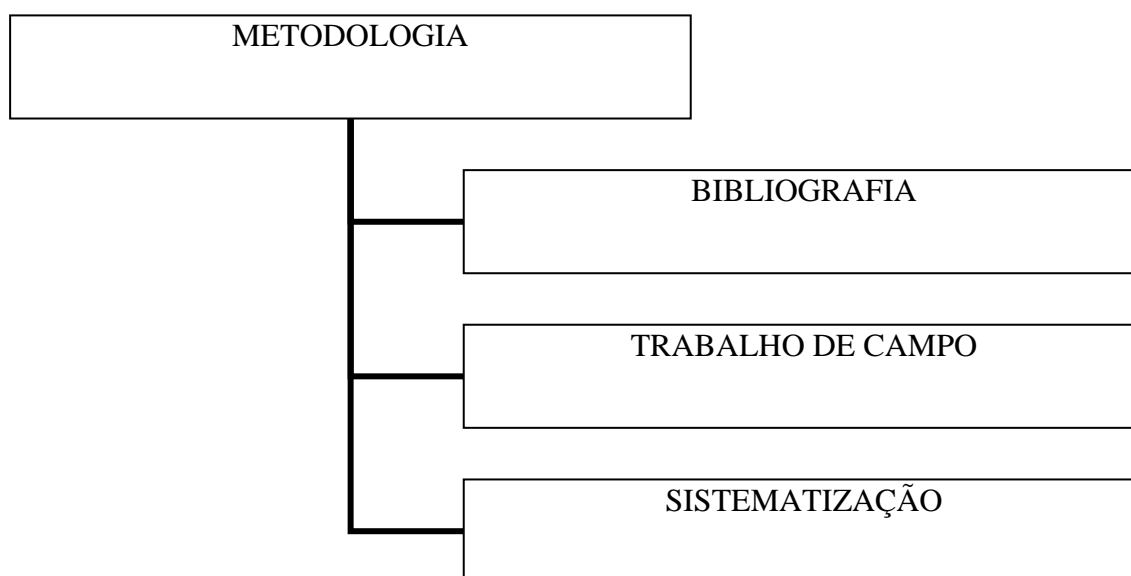


Figura 4: Fluxograma metodológico.

A questão agrária

É impossível começar uma discussão sobre a questão agrária no Brasil sem voltar à própria formação territorial do Brasil. Desde o período colonial até a atualidade, a concentração fundiária explica por que não ocorreu o processo de reforma agrária no Brasil. Um país que possui dimensões continentais, e grande parte das suas terras são destinadas as atividades agropecuárias.

A concentração das terras é um dos problemas mais antigos do Brasil, essa realidade é o resultado das políticas expansionistas da coroa portuguesa que buscavam o domínio do território da sua colônia, sendo este o modelo do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo brasileiro.

Antes da chegada dos colonizadores a população nativa utilizava a terra para a subsistência, com o processo de colonização, a terra passou a ser posse da coroa portuguesa que a dividiu em capitânicas hereditárias e sesmarias².

A ocupação da terra se tornou objeto de ostentação de riqueza, que permitiu a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários. Em 1850, foi estabelecida a Lei de Terras, que determina que a terra apenas pudesse ser adquirida por meio da compra, com essa medida somente a elite, os ricos, possuíam condições de adquiri-la. Essa lei proibia que os negros libertos e os imigrantes europeus, pobres, tivessem acesso a terra, obrigando-os a trabalhar como assalariado nas grandes fazendas de café.

Em decorrência dessa lei muitos movimentos camponeses se organizaram em defesa de melhores oportunidades de acesso a terra. A partir de 1950, esses movimentos se consolidaram e ganharam mais força por causa do agravamento dos problemas sociais no campo. Esses movimentos se organizaram sob a égide da reforma agrária, buscando, uma revisão da estrutura agrária com uma distribuição mais equitativa e equilibrada.

Durante o golpe militar de 1964, o Congresso impediu a votação da lei que pretendia regulamentar e colocar em prática a reforma agrária. O Estatuto da Terra foi alterado e passou a privilegiar os latifundiários agroexportadores, financiando a mecanização da produção. Essa política contribuiu ainda mais para a miséria no campo.

² Capitânicas Hereditárias as terras foram distribuídas a nobres portugueses ou a quem prestasse serviços à Coroa. Esses nobres eram chamados de donatários. Esses implantaram o sistema de sesmarias, por meio da qual ganharam o direito de dividir as suas terras a quem lhe interessassem. As sesmarias propiciaram o estabelecimento dos latifúndios.

Em 1985, com o fim do regime militar, foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária, no entanto, a Assembléia Constituinte de 1988 impediu as mudanças na estrutura fundiária brasileira, proibindo a desapropriação de terras produtivas que seriam utilizadas na reforma agrária. Com esse contexto, em 1984, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – o MST, que se constitui em um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária.

O MST é conhecido pelas suas estratégias de ação, ocupando latifúndios improdutivos, repartições públicas, realizando marchas e acampamentos. Muitos desses atos são alvos de críticas por parte da sociedade e da mídia nacional, que considera essas ações ilegítimas. A partir dos anos de 1990, o número de assentamentos aumentou consideravelmente, contudo, esse número ainda é muito pequeno quando comparado as reais necessidades e situações dos trabalhadores rurais, o que aumenta os conflitos rurais.

Somente com a reforma agrária é possível fixar as pessoas do campo na terra. Entretanto, essa reforma precisa ser acompanhada de financiamentos para o plantio e colheita, de infraestrutura para os assentamentos e para os assentados. Até mesmo porque a luta não é somente por terra, mas, é também por melhores condições de vida, território, por estrutura, por serviços e por água.

O território da Chapada Diamantina era ocupado por diversos grupos indígenas que foram dizimados pelos colonizadores que ocuparam a área em busca de novas riquezas. A exploração de diamantes propiciou o surgimento das cidades de Mucugê e Lençóis. Com o esgotamento da lavra de diamante a economia ruiu e as cidades entraram em decadência. Com a proclamação da República a região passou a ser governada/disputada por coronéis, que intensificaram as lutas pela posse de terra e pela proeminência política.

No território da SBHRU até os anos de 1960 era formada por grandes fazendas e por pequenos produtores rurais. Em 1963 o INCRA implantou na Chapada alguns projetos de reforma agrária como Projeto de Reforma Agrária da Colônia no município de Itaetê, onde muitas fazendas foram desapropriadas³ e divididas em lotes para os moradores que não

³ A desapropriação ocorre quando um imóvel é classificado como improdutivo, o INCRA prossegue com o processo de desapropriação, mesmo sem o consentimento do proprietário. Depois é publicado o Decreto de Desapropriação, realizado pelo presidente da república em exercício, que declara o imóvel como de interesse social para a reforma agrária. Após a assinatura do decreto o INCRA inicia a Ação de Desapropriação e a indenização é paga ao proprietário, segundo o valor do mercado. Esse valor é pago em Títulos de Dívida Agrária (TDA), títulos do Governo Federal. Quando o INCRA apresenta os títulos emitidos e realiza o depósito, Justiça Federal emite a autarquia na posse do imóvel. Após, a posse o INCRA inicia os procedimentos para selecionar as famílias cadastradas e cria o projeto de assentamento no local.

possuíam terra. Esse projeto é formado por uma Agrovila onde há posto de saúde, escolas com o Ensino Infantil, Fundamental e Médio, associação de condutores de visitantes, posto dos correios, supermercados, casa de material de construção e um prévio fogo. A agrovila Colônia possui estrutura para que os moradores não precisem se deslocar para o município de Itaetê.

No entorno da agrovila foram distribuídos os lotes para os pequenos produtores. Contudo, não obtiveram acesso a créditos e nem a infraestrutura necessária para desenvolverem suas atividades. E muitos venderam seus lotes e migraram para o espaço urbano. Nos anos de 1990, no governo de FHC (1995-2002), foram implantados alguns assentamentos no entorno da sub-bacia onde algumas famílias e filhos de assentados receberam lotes e o acesso aos créditos para desenvolverem suas atividades e criarem a estrutura necessária.

Foram instalados vários assentamentos nos municípios de Itaetê, Nova Redenção, Andaraí e Iramaia. A realidade agrária da SBHRU não é muito diferente da questão agrária nacional. A sub-bacia percorre vários assentamentos, comunidades rurais, pequenas propriedades e grandes propriedades (fazendas) trazendo vida a população e a natureza.

O conflito na SBHRU não é somente por terra, mas, também por água. Nos últimos anos a sub-bacia vem sofrendo com o atraso das chuvas e pequenos índices de chuvas anuais. Essa realidade aliada ao desmatamento que ocorreu em seu entorno, desencadeando o processo de assoreamento dos rios, intensificou os problemas gerados pela falta d'água.

Aspectos socioeconômicos da SBHRU

A principal atividade econômica dos municípios da SBHRU são as atividades agropecuárias, a estrutura de produção agrícola que predomina no entorno da sub-bacia é a agricultura familiar camponesa, em todos os municípios são encontradas esse tipo de agricultura. Esta é desenvolvida em pequenas propriedades, realizada por pessoas de uma mesma família, em muitos casos, a atividade é de subsistência. O excedente é comercializado nas feiras livres das cidades e povoados.

Há fatores que limitam a produção agrícola como o clima com períodos de estiagem de seis a oito meses, os agricultores familiares não possuem/recebem assistência técnica adequada que auxilie na produção e no manejo dos recursos naturais, acesso precário aos

meios de produção e ao crédito e políticas públicas de apoio pouco apropriadas à realidade do território.

Na SBHRU existem pequenas e médias propriedades que possuem acesso à assistência técnica, aos meios de produção com tecnologia moderna. No Povoado da Raposa, Iramaia, no distrito de Mundo Novo, Ibicoara, Mucugê e em Barra da Estiva há produção de café, que atrai mão-de-obra de outros pontos do território da sub-bacia, principalmente, dos assentamentos.

A produção de café no município de Ibicoara e Barra de Estiva utilizam também a mão-de-obra do agricultor familiar em que o grande produtor “arrenda” a terra do agricultor fornecendo as sementes e pagando de antemão pela produção do café. Portanto, a terra do pequeno produtor fica sujeita aos interesses de outrem, pois, os produtores acabam por não plantarem suas culturas. E caso haja perda, parcial ou total, da produção eles precisam pagar o grande produtor.

A agricultura desenvolvida no entorno da sub-bacia provoca alguns impactos, tanto de caráter ambiental quanto de caráter social. O impacto ambiental é ocasionado pela supressão da vegetação, pois, existem roças em áreas de preservação, próximas ao corpo hídrico, nos espaços para a mata ciliar e o uso de agrotóxico sem a supervisão de um técnico. O uso do agrotóxico traz conseqüências óbvias: poluição dos rios, dos solos e do ar.

Contudo, há outros impactos como o risco a saúde pelo uso dos agrotóxicos, a mobilidade do trabalho entre os municípios, pois, muitos trabalhadores encontram empregos temporários nas plantações de café (em Ibicoara, Barra da Estiva e Mucugê) enfrentam estradas em péssimas condições e transportes precários, que muitas vezes quebram nas estradas e que não estão regularizados pelas leis vigentes no país.

Assistência Técnica

A assistência relacionada ao trato com as produções agrícolas e com os animais era oferecida pela extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), atualmente, é realizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de cada município. Nos últimos cinco anos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-BA) investiu, através do Terra Sol, na capacitação de pessoas para incrementar o turismo nos assentamentos com potencial turístico.

As naturezas dos investimentos foram: cursos para guias turísticos, os preparando para recepcionar e conduzir visitantes em trilhas e pontos turísticos; reformas de casas para hospedarem os turistas. No assentamento Baixão (Itaetê) já foi concluída uma pousada com fonte de energia solar, Figura 5, vários assentados trabalham como guias, conduzindo os turistas aos principais pontos turísticos e os hospedam nos seus lares. O assentamento Boa Sorte (Iramaia) está estruturando uma pousada, com fonte de energia eólica, possui guias e famílias preparadas para receber turistas.



Figura 5: Ecopousada Assentamento Baixão (Itaetê).
Fonte: Carregosa, 2015.

Contudo, alguns assentados e pequenos produtores reclamam dessa assistência do INCRA, pois, alegam que eles são agricultores e não guias turísticos, explicando que investir no turismo é importante, viável e necessário, mas, que eles, assentados e pequenos agricultores, precisam de assistência para lidar com terra e com clima (instável nesses últimos tempos) e possuem o direito de escolher a sua profissão.

Os assentados têm acesso ao PRONAF A, contudo, segundo a Associação do Assentamento Baixão, grande parte dos contemplados com o crédito não conseguiu quitar o financiamento. Os assentados alegam que a falta de informações precisas sobre os créditos e a falta de assistência técnica são alguns dos motivos que contribuíram para a inadimplência.

Contudo, muitos assentados reclamam da falta de informação e dos entraves que enfrentam durante o período de solicitação dos créditos rurais. Os assentados do município de Itaetê precisam se deslocar para a cidade de Andaraí para terem acesso ao crédito, pois, a agência bancária do município não possui as linhas de crédito. Segundo as associações dos

assentamentos muitos assentados estão inadimplentes, haja vista, que não tiveram retorno em suas culturas e por não saberem negociar com o banco. A associação acredita que deveria haver um mediador entre o banco e os assentados para as negociações.

As políticas de créditos somente terão êxito se as mesmas forem articuladas às informações necessárias e a assistência técnica especializada. As questões se encontram justamente em primeiro lugar na linguagem utilizada pelos funcionários dos bancos no momento de explicar as regras do crédito, muitos assentados/agricultores preferem dizer que entenderam, acreditando que farão papel de tolos se pedirem para explicar mais uma vez. E há falta de assistência técnica suficiente para suprir as demandas de todo território da SBHRU.

Renda

A renda da maioria dos assentados e das comunidades rurais provém da agricultura, cuja produção é comercializada nas feiras das cidades. Essa comercialização ocorre da seguinte forma, os assentados que possuem barracas nas feiras livres do município, além de levar os seus produtos, leva também a produção dos demais para comercializar. Também ocorrem os sistemas de troca entre os assentados e agricultores familiares, o escambo.

Alguns assentados trabalham ou trabalham por diária em fazendas circunvizinhas e de outros municípios, sem vínculos empregatícios. Há assentados que trabalham como pedreiros, motoristas (transportes alternativos entre os municípios), encanadores, como domésticas nas sedes dos municípios, professores e técnicos agrícolas (filhos de alguns assentados que tiveram/têm acesso ao ensino superior, se deslocando para o município de Itaberaba – BA, onde há unidades da Universidade Estadual da Bahia – UNEB – e algumas faculdades particulares). A maioria dos assentados não possui uma renda compatível as suas necessidades básicas. Muitas famílias se mantêm com a aposentadoria dos idosos e com o auxílio Bolsa Família.

Mobilidade de trabalho

A maioria dos trabalhadores rurais precisam complementar a renda, em decorrência de perda de colheitas e/ou baixos rendimentos, precisam trabalhar informalmente em fazendas para complementarem a sua renda ou até mesmo para gerarem renda.

Muitas destas fazendas estão localizadas em outros municípios do território da Chapada Diamantina. Os trabalhadores trabalham por diária nas fazendas de café dos

municípios de Iramaia, Ibicoara e Mucugê. Enfrentando péssimas estradas, precárias condições de trabalho e meios de transportes problemáticos. Contudo, há casos, de muitos trabalhadores se deslocarem para o Oeste baiano, para os estados de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Trabalho infantil

A utilização da mão-de-obra infantil é tida como uma necessidade no trabalho das roças, o que é uma questão cultural, significando que a criança tem que aprender um ofício, e devem sempre acompanhar os pais nas jornadas de trabalho no campo. E ainda há a necessidade de incorporar mais uma força de trabalho para ajudar nas tarefas de casa e do campo. Contudo, o trabalho infantil nem sempre impede que as crianças aproveitem a sua infância e se dediquem aos estudos. Alguns filhos de assentados e de agricultores familiares freqüentam escolas contextualizadas à sua realidade. No território da SBHRU há uma EFA e alguns vão estudar na EFA de Rui Barbosa, Ilhéus e Quixabeira. E o conhecimento internalizado na escola é colocado em prática em suas residências.

Considerações

A análise do que foi tratado no escopo do artigo aponta para a existência de um padrão de vulnerabilidade e desigualdade social. E essa vulnerabilidade social do território da SBHRU é histórica e vem se perdurando ao longo do tempo. Pois, desde o início da ocupação do território da Chapada Diamantina foi com o intuito de encontrar e tomar posse de novas riquezas minerais. Os povoados foram se formando para darem suporte aos garimpeiros e bandeirantes e com a descoberta das jazidas de diamantes surgiram as primeiras cidades, Mucugê e Andaraí (municípios cortados pela sub-bacia e de onde foram desmembrados a maioria dos outros municípios, com exceção de Barra da Estiva) (PRODETUR).

Com o esgotamento das lavras ocorreu o desmonoramento da economia e a decadência das cidades. No início da república o território foi disputado por coronéis que lutaram pela posse da terra e pela primazia na política (PRODETUR). As políticas que foram instituídas no entorno da SBHRU não foram suficientes para sanar os graves problemas sociais da área em questão. E pelo fato da sub-bacia recortar somente o espaço rural desses municípios, a vulnerabilidade social se torna ainda mais evidente. Pois, faltam assistências e políticas que lhes assegurem o acesso aos serviços básicos com qualidade.

A população da SBHRU é articulada e engajada em projetos que visem o desenvolvimento social, econômico e ambiental do território da SBHRU. Contudo, esses projetos se esbarram na burocracia e na má vontade política para alcançarem resultados mais significativos. Atualmente, essa população, religiosos e pesquisadores almejam por criar um sub-comitê para a SBHRU, com o intuito de construir e elencar uma proposta de gestão e por meio dessa proposta buscar sanar a situação de vulnerabilidade social que se encontra a sub-bacia.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/ Ed. UNICAMP, 1992.

BORGES, J.R.P. *A situação de vulnerabilidade sócio-ambiental em assentamentos de reforma agrária: representações e práticas cotidianas*. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2008.

BRANDENBURG, A. FERREIRA, A.D.D. *Agricultores ecológicos e o ambiente rural visões interdisciplinares*. São Paulo: ANNABLUME; CNPQ; Petrobras, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – PDTs. SEABRA: Bahia. 2ª ed. 2010. Disponível em URL: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio031.pdf

<http://www.dicio.com.br/diagnose/>. Acesso em 21 de maio de 2015, às 15hs53min.

COSTA, W.M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DRUMMOND, J.A. *Natureza Rica, Povos Pobres?* - Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. Ambiente e Sociedade – Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.

CARREGOSA, R.A.; e ANDRADE, H.O. Análise preliminar da pluviometria da Bacia Hidrográfica do Rio Una - BA, Chapada Diamantina – BA. In: *Revista Geonorte*, Edição Especial 2, V.2, N.5, p.1095 – 1100 , 2012.

EGLER, C.A.G. *Risco Ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação à zona costeira brasileira*. Revista Território, 1 (1), 1996.

FELICIANO, C.A. *Movimento Camponês Rebelde a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e Territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301..M 2008, p. 292

MARQUES, M. I. M. *Terra Livre: O Conceito do Espaço Rural em Questão*. In: Geografia, Movimentos Sociais e Terra. Ano 18 nº. 19. São Paulo: AGB, 2002.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, 10 (19), 1980, p. 31-47.